



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício n.º 1060/2020

Umuarama-PR, 01 de junho de 2020.

Ref: Inquérito Civil n.º MPPR-0151.19.001180-0

Prezada Senhora:

Sirvo-me do presente, para cientificar-lhe da promoção de arquivamento dos autos de Inquérito Civil n.º MPPR-0151.19.001180-0, no qual o Banco Daycoval S/A, figura como representado, conforme cópia da decisão em anexo, podendo apresentar, querendo, até a data da sua apreciação pelo Conselho Superior do Ministério Público, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, nos termos do que dispõe o artigo 66 do Ato Conjunto nº 001/2019-PGJ/CGMP.

Atenciosamente,

FABIO HIDEKI

NAKANISHI:714

45773953

Assinado de forma digital
por FABIO HIDEKI

NAKANISHI:71445773953

Dados: 2020.06.02

14:01:25 -03'00'

FÁBIO HIDEKI NAKANISHI

Promotor de Justiça

Ilustríssima Senhora,

SANDRA KHAFIF DAYAN

Procuradora do BANCO DAYCOVAL S/A

São-Paulo-SP.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

Inquérito Civil nº MPPR-0151.19.001180-0

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar suposto abuso na celebração de contratos de empréstimos consignados pelo BANCO DAYCOVAL S.A., por meio de cartão de crédito consignado, sem conhecimento do contratante, e com descontos na folha de pagamento de trabalhadores e aposentados, apenas de valores de juros/encargos financeiros sem a redução da dívida do empréstimo, em violação aos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.

O presente inquérito teve início como Procedimento Preparatório, após envio de Notícia de Fato pela 6ª Promotoria de Umuarama, com decisão de declínio de atribuições e ofício nº 117/2019, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Umuarama, encaminhando, em DVD, cópia integral dos Autos de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica, c/c Repetição de Indébito e Indenização por Dano moral (nº 0001288-64.2019.8.16.0173), em que Zilda Francisca Cardoso Pascui, figurava como autora, e o Banco Daycoval S.A., como réu, por suposta abusividade na celebração de contrato de empréstimo, por meio de cartão de crédito consignado (fls. 02-11).

Determinou-se, como diligências preliminares no Procedimento Preparatório, a juntada de cópia física dos documentos do DVD, bem como a realização de busca junto ao Sistema Projudi, com a extração de cópia física, de outras ações individuais idênticas propostas contra o Banco Daycoval S.A., perante o Poder Judiciário local (fls. 11-49).

Na sequência, foi procedida a juntada do conteúdo do DVD (fls. 13-49), e certificado nos autos a impossibilidade de busca das ações no sistema Projudi, por falta de senha e usuário pelo servidor responsável pelo cumprimento da diligência (fl. 50).

Após, foram determinadas as seguintes diligências: (1) expedição de ofício ao Banco Daycoval S.A., com cópia dos documentos de fls. 01-04 e 11, informando sobre a instauração de Procedimento Preparatório, bem como



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

requisitando, (a) fotocópia dos documentos de sua constituição e autorização do Banco Central para operar como instituição financeira; (b) informar as pessoas residentes nos Municípios de Umuarama, Perobal, Maria Helena e Douradina, pertencentes à Comarca, que teriam contratado empréstimo consignado, com adesão ao cartão de crédito consignado, com reserva de margem consignável, e ainda, as pessoas, físicas e/ou jurídicas, com as qualificações e endereços, responsáveis pelas contratações pelo Banco, com o envio de cópia dos respectivos contratos e documentos dos contratantes, e outras informações pertinentes ao esclarecimento dos fatos; e (2) diligências junto as 1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis e Juizado Especial Cível de Umuarama, pelo sistema Projudi, para apurar a existência de ações individuais idênticas contra Instituições Financeiras, versando sobre a cobrança/prática abusiva de empréstimo consignado, com adesão ao cartão de crédito consignado, com reserva de margem consignável, com a extração de cópia, em mídia digital, das petições iniciais e sentenças eventualmente existentes nos processos (fls. 51-53).

Em resposta, o Banco Daycoval S.A., encaminhou os documentos requisitados, informando, em resumo, (a) que possuía autorização do Banco Central do Brasil para atuar como Instituição Financeira; (b) a existência de contratantes de empréstimos consignados residentes apenas nos Municípios de Umuarama e Douradina, e que não haviam contratantes dos Municípios de Maria Helena e Perobal; (c) que mantinha contrato com a empresa Saran e Franzin Ltda.-ME (correspondente), estabelecida no Estado do Paraná, com a devida comunicação ao Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços aos clientes e usuários; e (d) sobre a sistemática do empréstimo consignado, por meio de cartão de crédito consignado, e sua legalidade perante a legislação consumerista (fls. 55-200).

Em seguida, foi prorrogado o prazo para conclusão do Procedimento Preparatório e determinadas as seguintes diligências, (a) juntada de cópia das peças dos processos extraídas do Projudi, que se encontravam na contracapa dos autos; e (b) expedição de ofício ao Banco Daycoval, requisitando o cumprimento das diligências faltantes, quais sejam, a remessa de cópia dos contratos de empréstimo, com adesão ao cartão de crédito consignado, firmados com pessoas residentes nos Municípios de Umuarama e Douradina, e dos extratos de liquidação dos débitos (fls. 202).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

Em cumprimento das diligências, procedeu-se a juntada de fotocópia dos processos nºs. 0014277-73.2017.8.16.0173 (fls. 204-239) e 0010509-42.2017.8.16.0173 (fls. 240-257), bem como de resposta do Banco Daycoval, informando, em síntese, que não poderia fornecer fotocópia dos contratos requisitados, sem autorização judicial, sob pena de violação do dever de sigilo bancário dos clientes, com anexação do Estatuto Social e *folders* explicativos do cartão de crédito consignado (fls. 261-337).

É o relato do essencial, passo à manifestação.

O presente Inquérito Civil, em mesa, teve como objeto apurar possível abuso na contratação de empréstimos consignados pelo Banco Daycoval S.A., por meio de adesão a contrato de cartão de crédito consignado, com autorização de descontos em folha de pagamento, na modalidade de reserva de margem consignável (RMC), sem conhecimento do contratante sobre essa modalidade de contratação, bem como de descontos de valores da fatura do cartão de crédito na folha de pagamento, apenas de juros/encargos sem a redução da dívida do empréstimo, em violação aos direitos e interesses dos consumidores.

Cumpre ressaltar, primeiramente, que as investigações deste inquérito foram iniciadas após envio, de ofício, pelo Juízo da 3ª Vara Cível de Umuarama, de fotocópia de ação individual de repetição de indébito e indenização por dano moral proposta por um contratante de empréstimo, por meio de cartão de crédito consignado, contra o Banco Daycoval S.A. (Autos nº 0001288-64.2019.8.16.0173), para análise de eventual ilegalidade e adoção de providências pelo Ministério Público.

Embora tal ação individual tenha sido julgada parcialmente procedente pelo Juízo da 3ª Vara Cível, a sentença ainda não teria transitado em julgado.

Além disso, verificou-se que em outras 02 (duas) ações individuais da mesma espécie, propostas contra o Banco Daycoval, nesta Comarca, foram proferidas sentenças julgando improcedentes os pedidos, sendo uma pela juíza substituta da mesma 3ª Vara Cível (Autos nº 0014277-73.2017.8.16.0173), e a outra pelo Juízo da 1ª Vara Cível (Autos nº 0010509-42.2017.8.16.0173).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

Com relação a essa última ação individual, a sentença inclusive transitou em julgado, após ser confirmada pelo Tribunal de Justiça, em sede de apelação, nos seguintes termos:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PROPOSTA DE ADESÃO CLARA E DEVIDAMENTE ASSINADA PELO AUTOR. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DOS TERMOS DO CONTRATO. REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO. DESCONTOS LEGÍTIMOS. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. SENTENÇA MANTIDA. A Contratação de cartão de crédito consignado com ajuste de pagamento em parcelas para desconto no seu benefício previdenciário é legítima e não constitui prática abusiva, sendo descabida, em tal hipótese, a indenização por dano moral, especialmente pelo fato de o apelante haver utilizado o cartão de crédito em compras. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. (15ª C. Cível, AP. Cível nº 0010509-42.2017.8.16.0173, Apelante: Nivaldo Freitas Barbosa, Apelado: Banco Daycoval S/A., Des. Rel. Hayton Lee Swain Filho, 06.06.2018).

Conforme decisão acima do TJ/PR, sobre o caso concreto, também não foram apurados no presente procedimento investigatório, elementos suficientes de ilegalidade na concessão de crédito, por meio de cartão de crédito consignado, pelo Banco Daycoval.

Nesse passo, cabe destacar, que a concessão de crédito por instituições financeiras, com desconto em folha de pagamento, por meio de cartão de crédito consignado, é disciplinado pela Lei 10.820/2003 (alterada pela Lei 13.172/2015).

Lei 10.820/2003:

Art. 1º Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº-5.452, de 1º-de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, **cartões de crédito** e operações de arrendamento



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos. (Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)

§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), **sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:** (Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou (Incluído pela Lei nº 13.172, de 2015)

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. (Incluído pela Lei nº 13.172, de 2015) – nosso grifo -.

Como se verifica, a concessão de crédito por instituição financeira, por meio de cartão de crédito consignado, é limitada a 35% sobre a remuneração disponível do contratante, sendo 5% destinados exclusivamente para amortização de despesas ou saques realizados por cartão de crédito.

Apurou-se, que, diferentemente do empréstimo convencional, com desconto em folha de pagamento, a utilização do crédito é opcional e condicionada a utilização do cartão de crédito em compras ou saques pelo contratante.

E que uma vez utilizado o crédito, com compras ou saques pelo cartão de crédito, o contratante teria a opção de optar pelo pagamento mínimo de 5% (Reserva de Margem Consignável – RCM), mediante desconto mensal na folha de pagamento, até liquidação da dívida, ou pelo pagamento integral ou parcial da fatura do cartão de crédito, com a incidência, neste último caso, de encargos/juros rotativos sobre o restante do saldo financiado.

Quanto aos encargos/juros sobre o saldo da dívida, verificou-se, que eles são determinados pelos órgãos conveniados, mas que o Banco Daycoval, passou a aplicar a todos os contratantes/clientes, a taxa de juros do convênio



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

firmado com o INSS, no percentual de 3,00%, ao mês, ou seja, um pouco superior ao de 2,08%, ao mês, do empréstimo consignado, porém, muito inferior ao cartão de crédito convencional, que pode chegar a mais de 25,00%, ao mês.

Além disso, restou também comprovado pelos materiais de publicidade e informações do próprio contrato de concessão de crédito, juntados pelo Banco Daycoval, a existência de publicidade e informações claras, precisas e ostensivas sobre essa modalidade de contratação de crédito, inclusive sobre juros, encargos, amortização e liquidação do débito.

A esse respeito, esclareceu o Banco Daycoval:

"Seja no TERMO DE ADESÃO, seja na AUTORIZAÇÃO acima identificada, o cliente é expressamente informado que:

a. Trata-se de CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO;

b. Que o pagamento da fatura de crédito deve ocorrer em valor integral, sendo o valor debitado em folha somente amortiza o mínimo;

c. Que o não pagamento integral da fatura gera encargos rotativos (sempre de acordo com a taxa indicada pelo órgão empregador ou pagador) e que esta taxa é INFERIOR ao cartão de crédito convencional.

d. E ainda, que o contratante declara ter ciência de que inexistem outras modalidades de crédito, exemplo de empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores.

Por último, é imperioso consignar, que inexistente representação ou reclamação de consumidor junto a esta 5ª Promotoria de Justiça, sobre a falta, omissão ou recusa de informações pelo Banco Daycoval, por ocasião da contratação dessa modalidade de crédito, o que poderia dar ensejo ao aprofundamento das investigações para a apuração de ilicitudes de âmbito coletivo a partir do caso concreto.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

Desta forma, considerando que a concessão de crédito, por meio de cartão de crédito consignado, é expressamente permitida por lei, e que não existem indícios razoáveis de irregularidades na contratação, especialmente quanto as informações e descontos de juros/encargos na folha de pagamento, sem redução da dívida do contratante, não resta outra opção a este Ministério Público, senão a de promover o arquivamento do feito.

Aliás, conforme informações do Banco Daycoval, essa também foi a conclusão da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Paulo, em caso semelhante, *in verbis*:

"Com o escopo de robustecer os argumentos a respeito da validade, legitimidade e transparência dos contratos de "Cartão de Crédito Consignado" desta Instituição Financeira, é de extremo relevo trazer ao conhecimento de Vossa Senhoria, a decisão adotada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo que, em caso paradigmático, promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 14.161.891/17, nos seguintes termos e fundamentos:

No referido processo inquisitivo, o i. Parquet do Estado de São Paulo foi instado a investigar, de forma semelhante ao que ocorre nestes autos, a validade, transparência e legitimidade das operações de Cartão de Crédito Consignado, ou seja, situação fática idêntica a que é travada neste processo.

Dentre inúmeros pontos tratados no referido caso paradigmático, a Promotoria do Consumidor Paulista, investigou: (i) Dever de informação adequada e clara a respeito dos produtos oferecidos; e (ii) Não contratação.

Pois bem, após completa instrução do referido processo inquisitorial, o MP do Estado de São Paulo promoveu o arquivamento do citado inquérito, nos seguintes termos:

A. SOBRE O DEVER DE INFORMAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO DO PRODUTO EFETIVA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

Neste quesito, ponderou a Promotoria do Consumidor que o Banco Daycoval, através dos documentos que foram coligidos aos autos (peças publicitárias, informações que constam do próprio contrato de adesão) demonstrou que presta informações suficientes ao consumidor referente ao produto contratado, a saber: "Cartão de Crédito Consignado". Veja:

Em relação a informação a respeito dos produtos oferecidos, demonstrou mediante a juntada de prints (fls. 68/74), que presta informações relativas ao cartão de crédito consignado no seu sítio eletrônico.

Quanto a clareza e transparência da contratação, foram feitas as seguintes ponderações:

De início, o reclamado trouxe esclarecimentos satisfatórios, expondo à exaustão as diferenças do produto cartão de crédito.

(...)

Por fim, o Parquet Paulista arrematou seu parecer de promoção de arquivamento do já mencionado Inquérito Civil, informando que após analisar as provas jungidas naqueles autos e esclarecimentos prestados pelo Banco Daycoval, que são idênticos aos prestados nestes autos, não foram constatadas as abusividades narradas e que seria desnecessária a adoção de medidas por parte daquela Promotoria do Consumidor, o que justificaria o arquivamento do expediente.

Destarte, não se constataram pelo conjunto probatório carreados aos autos, as abusividades narradas na Portaria inaugural, sendo desnecessária a adoção de medidas por parte desta Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital.

Ante o exposto, promovo o ARQUIVAMENTO destes autos, nos termos do disposto no art. 9º, caput, da Lei 7.247/85; no art. 110, caput, da Lei 734, de 26.11.1993 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO); e no art. 99, do Ato Normativo nº 484/06 – CPI, de 05.10.2006, e os remeto, nos moldes da legislação pertinente,



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

para a elevada apreciação desse Egrégio CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO."

A propósito, no sentido da legalidade dessa modalidade de contratação de crédito, orienta-se o Eg. Superior Tribunal de Justiça, conforme se extrai das seguintes decisões:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. EQUIPARAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. NÃO CABIMENTO. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO LEGÍTIMA. REVISÃO DESSE ENTENDIMENTO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Conforme assentado no acórdão recorrido, o contrato em questão não induz à conclusão de que seu objeto seria de empréstimo consignado, sujeito às menores taxas de juros do mercado. Diante disso não há como acolher a pretensão da parte autora de limitação da taxa de juros remuneratórios pela taxa média de mercado aplicada ao empréstimo pessoal consignado público, uma vez que a contratação cartão de crédito em questão se mostra legítima, tendo efetivamente utilizado do serviço contratado. 2. Para desconstituir a convicção formada pelas instâncias ordinárias a esse respeito, far-se-ia necessário incursionar no substrato fático-probatório dos autos, bem como na interpretação de cláusula contratual, o que é defeso a este Tribunal nesta instância especial, conforme se depreende do teor dos Enunciados sumulares n. 5 e 7 do STJ. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1518630/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM DESCONTO EM FOLHA. ILICITUDE NÃO CONSTATADA. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO A FIM DE NEGAR



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. 1. A decisão que não conheceu do agravo, em razão de intempestividade do recurso especial, mostra-se equivocada por ter descon siderado a data de publicação do v. acórdão proferido nos embargos de declaração. Reconsideração. 2. No caso, o Tribunal de origem afastou a índole abusiva do contrato de cartão de crédito com reserva de margem consignada e declarou a legitimidade das cobranças promovidas, por concluir que a prova documental apresentada pela instituição financeira demonstrou a autorização para desconto em folha de pagamento do valor mínimo da fatura e a efetiva utilização do cartão de crédito pela autora. 3. Para derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal, no sentido de se atribuir a nulidade do contrato firmado, por estar evidenciada contratação onerosa ao consumidor, seria necessário o revolvimento das provas constantes dos autos, bem como a interpretação das previsões contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, ante os óbices estabelecidos pelas Súmulas 5 e 7 do STJ. 4. Agravo interno provido para conhecer do agravo a fim de negar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp 1512052/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 08/11/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO BANCÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM CARTÃO DE CRÉDITO. DOCUMENTOS QUE DEMONSTRAM A ASSINATURA DO CONTRATO. FATURAS QUE COMPROVAM SAQUE REALIZADO NO CARTÃO DE CRÉDITO. REEXAME CONTRATUAL E FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas n. 5 e 7/STJ). 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1372140/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 21/05/2019)

Ante o exposto, esgotadas as diligências imprescindíveis ao esclarecimento dos fatos, sem a existência de elementos razoáveis ilicitude configuradora de violação a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Umuarama

do consumidor, **promovo o arquivamento do presente Inquérito Civil, autuado sob o nº MPPR-0151.19.001180-0**, por falta de interesse na propositura de ação civil pública, com fundamento no art. 64, inciso I, do Ato Conjunto nº 001/2019-PGJ/CGMP.

Nos termos dos arts. 65 e 66, do Ato Conjunto 01/2019-PGJ/CGMP, cientifiquem-se o Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Umuarama, na qualidade de representante; e o Banco Daycoval S.A., na condição de representado. Ambos, com cópia desta decisão.

Após, remetam-se os autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, no prazo máximo de 03 dias, contados do último ato de cientificação, para deliberação, que se espera seja pela homologação desta promoção de arquivamento, nos termos do art. 67, do Ato Conjunto 01/2019-PGJ/CGMP.

Umuarama-PR, 20 de abril de 2020.

FABIO HIDEKI

NAKANISHI:71445773953

Assinado de forma digital por

FABIO HIDEKI

NAKANISHI:71445773953

Dados: 2020.04.20 17:44:26 -03'00'

FABIO HIDEKI NAKANISHI

Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná



Banco Daycoval S/A
Sra. Sandra Khafif Dayan
Avenida Paulista, 1793
CEP 01311-200
São Paulo-SP



	REGISTRADO URGENTE registered priority	PESO (kg) weight 0,7
Recebedor	XAR MP	
Assinatura	Doc.	

JU 59444121 5 BR



Papel reciclado, menor custo ambiental.

Recebido
17/03/2016
Sra. Sandra Khafif Dayan